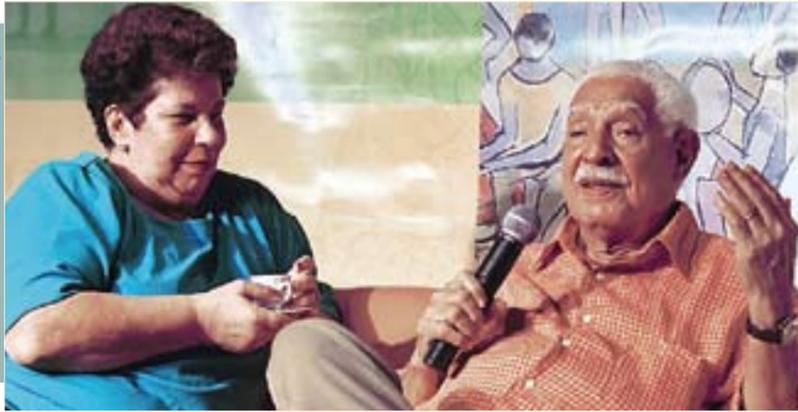


## Senadores prestam homenagem a Dorival Caymmi

César Borges e Antonio Carlos Júnior, com apoio de diversos senadores, lamentam a morte do compositor. **7**



Dorival Caymmi (ao lado da filha Nana) deixou cerca de cem composições, muitas delas conhecidas de todos os brasileiros

## Supremo proíbe nepotismo nos três Poderes

Na noite de ontem, Supremo Tribunal Federal proibiu a contratação de parentes para cargos administrativos de todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

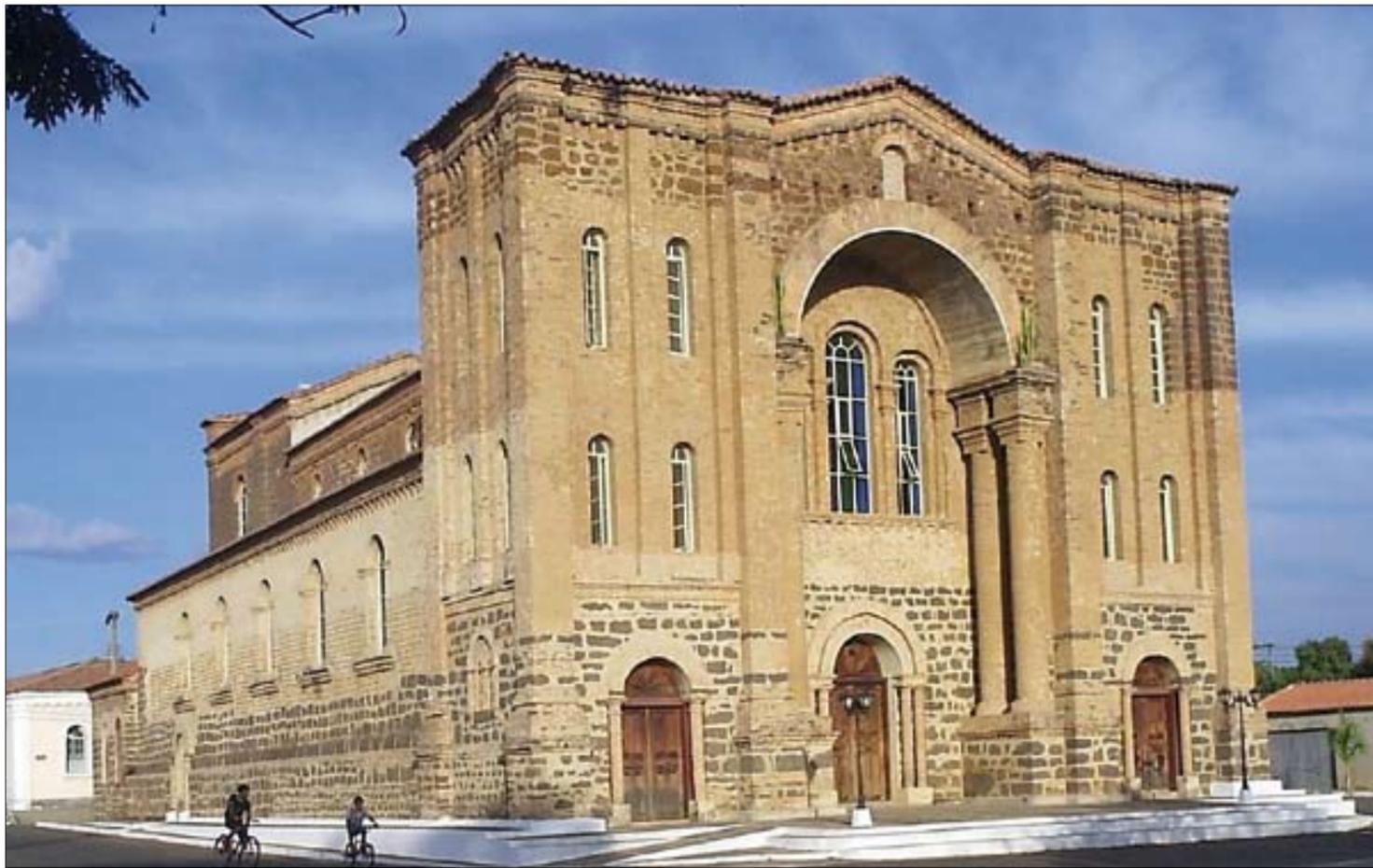
# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.864 – Brasília, quinta-feira, 21 de agosto de 2008

## Comissão de Justiça define regras para uso de algemas

Conforme projeto aprovado ontem, e que será ainda examinado pela Câmara, instrumento não poderá ser utilizado como forma de castigo nem quando o investigado se apresentar espontaneamente à autoridade policial. **3**



Roberts Góes

**E**levada à condição de cidade em 1861, Porto Nacional torna-se agora patrimônio histórico brasileiro. Medida é comemorada pelo senador do Tocantins, Marco Antonio Costa, para quem o tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional vai permitir à cidade preservar a herança arquitetônica e urbanística do seu centro histórico. **8**

### Denúncias contra tropas no Haiti chegam à CRE

Senadores recebem denúncias de que tropas da ONU no Haiti, sob comando brasileiro, desrespeitam os direitos humanos. **2**

### CPI da Pedofilia quer colaboração do Skype

Comissão espera contar também com a parceria da CTBC. Convites para ouvir as empresas foram aprovados ontem. **2**

### Indicação de Emília para a Anatel vai a Plenário

Nome de Emília Maria Ribeiro para o conselho diretor da agência foi aprovado pela Comissão de Infra-Estrutura. **2**

### Uma homenagem a Guimarães Rosa

Garibaldi Alves, presidente do Senado, abriu ontem mostra sobre o centenário de nascimento do escritor mineiro. **4**

### Procuradora diz a Tuma que não há nada contra senadores

O corregedor do Senado, Romeu Tuma, conversou ontem com a procuradora Luciana Marcelino Martins sobre a investigação de irregularidades em licitações na Casa. Segundo Tuma, Luciana disse que não há, por enquanto, nada contra senadores no processo. **5**



A atuação dos pedreiros livres foi destacada em Plenário, durante sessão especial em comemoração do Dia do Maçom. **4**

José Cruz

Sob comando brasileiro, militares teriam bombardeado favela em Porto Príncipe, provocando a morte inclusive de crianças. O caso foi relatado aos membros da Comissão de Relações Exteriores pelo haitiano David Josué

## Suplicy denuncia agressões praticadas no Haiti por tropas das Nações Unidas

O SENADOR EDUARDO Suplicy (PT-SP) apresentou ontem, na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), denúncias de desrespeito aos direitos humanos praticado, segundo informou, por tropas da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, sob comando brasileiro.

As denúncias foram levadas pelo haitiano residente nos Estados Unidos David Josué, da Haitian Lawyers Leadership Network, e por Marcos Socol, do diretório nacional do PT.

Os parlamentares assistiram a vídeo sobre fatos ocorridos em 2007. Segundo David Josué, irregularidades continuam ocorrendo. No vídeo, tropas com tanques e helicópteros bombardeiam a favela Cité Soleil, em Porto Príncipe, deixando diversos mortos, inclusive crianças. As autoridades dizem que os mortos seriam "bandidos ou narcotraficantes", informou Suplicy.

O presidente da comissão, Heráclito Fortes (DEM-PI), considerou as denúncias graves e informou que a CRE tentará marcar reunião com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, para tratar do assunto. Marina Silva (PT-AC) disse que as crianças assassinadas representam "o filho de todos nós". Os parlamentares pedirão esclarecimentos aos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores.



J. Freitas



J. Freitas

Suplicy mostra vídeo que registra os fatos denunciados por Marcos Socol e David Josué, haitiano residente nos EUA

### Senadores irão enviar carta a Obama e McCain

Durante a reunião da CRE, Eduardo Suplicy leu a versão final de uma carta, assinada por diversos senadores, que será enviada a dois candidatos à presidência dos Estados Unidos: Barak Obama e John McCain. A carta externa a preocupação com a recriação da 4ª Frota da marinha de guerra norte-americana, que navegará pelas águas da América do Sul. O texto destaca a paz em que vive o continente e classifica a recriação da frota como "inoportuna e desnecessária". Depois, ao discursar em Plenário, Suplicy convidou todos os senadores a assinarem o documento.

A comissão aprovou ainda a realização, na quarta-feira, de audiência, requerida por Heráclito Fortes (DEM-PI), com o subsecretário do Ministério das Relações Exteriores, Roberto Carvalho Azevedo, para discutir os "resultados e repercussão para a economia nacional" da Rodada Doha, realizada em julho, em Genebra.

### Cibercrime: convenção ainda não foi assinada

A coordenadora-geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais (Cocit) do Ministério das Relações Exteriores, Virgínia Bernardes de Souza Toniatti, poderá vir ao Senado para esclarecer a posição do Brasil em relação à Convenção sobre o Cibercrime. Requerimento com essa finalidade, de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Segundo Azeredo, a ministra deverá explicar por que o Brasil ainda não assinou o tratado. O senador ressaltou que, na maioria das vezes, o país primeiro assina tratados internacionais e, posteriormente, as leis são aprovadas. Mas nesse caso, informou, já foi aprovada a lei sobre crimes cibernéticos e, no entanto, a convenção, celebrada em 2001 pelo Conselho da Europa, ainda não tem a participação do Brasil.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

A sessão deliberativa, com início às 14h, tem a pauta trancada por projetos de lei de conversão de medidas provisórias.

### Aprovados nove acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem nove acordos de cooperação internacional, entre eles textos que tratam do combate ao tráfico de drogas e à lavagem de dinheiro em países africanos e latino-americanos. Todos esses convênios serão agora levados ao exame do Plenário.

O acordo entre Brasil e Nigéria (PDL 140/08) prevê, entre outras iniciativas, a cooperação em investigações e o treinamento e a capacitação de policiais para o combate às drogas e à lavagem de dinheiro. O convênio estabelece uma série de atividades conjuntas, como o intercâmbio de informações e de experiências. A matéria foi relatada pelo senador Fernando Collor (PTB-AL).

O acordo com Moçambique (PDL 145/08), que teve como relatora a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), incentiva a cooperação bilateral no combate a fraudes financeiras.



Leopoldo Silva

Na CPI da Pedofilia, Romeu Tuma (E), Demostenes (C) e Wellington Salgado

### Operadoras podem colaborar no combate à pedofilia na internet

A CPI da Pedofilia aprovou ontem requerimentos convidando os executivos Carlos Pires, da Skype, e Divino Sebastião, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (CTBC), para prestarem esclarecimentos ao colegiado.

Os representantes das duas empresas devem juntar-se aos da Telefônica, BrasilTelecom, Telemar, NET e GVT, que foram convidados a comparecer à CPI na próxima quarta-feira. Essa audiência faz parte da estra-

tégia adotada pela comissão de buscar a colaboração entre as empresas que atuam na internet para que se adotem medidas que possam conter a prática da pedofilia na rede de computadores.

Outros quatro requerimentos acolhidos solicitam audiências públicas em quatro estados. Os membros da CPI devem ir a João Pessoa, Manaus, São Luís e Belo Horizonte a fim de acompanhar investigações de denúncias de exploração de menores.

### Comissão aprova Emília para diretoria da Anatel

Com 13 votos a favor e 5 contra, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem a indicação de Emília Maria Silva Ribeiro para membro do conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Na reunião da semana passada, o relator, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), apresentou voto inconclusivo e o presidente da comissão, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), concedeu vista coletiva da matéria.

Conforme havia anunciado, Demostenes Torres (DEM-GO) elaborou um relatório em separado, assim como Wellington Salgado (PMDB-MG). Demostenes insistiu na tese apresentada por Sérgio Guerra de que a indicação de Emília faria parte de uma estratégia do governo para conseguir aprovar alterações no Plano Geral de Outorgas (PGO) da Anatel que permitam a fusão entre Brasil Telecom e Oi.

No relatório, Demostenes pediu que a comissão aguardasse 60 dias para decidir sobre a indicação, mesmo prazo anunciado pela Polícia Federal para concluir

o inquérito policial que investiga a atuação do banqueiro Daniel Dantas na negociação entre as duas operadoras.

Já Wellington Salgado assinou em seu relatório que a indicação atendeu às exigências constitucionais, legais e regimentais, e que não há nenhum empecilho profissional ou em relação à reputação que impeçam a aprovação da indicada. O senador lembrou que não é exigido dos designados para o conselho

diretor da Anatel qualquer especialização no campo da agência reguladora e que Emília Ribeiro compõe o conselho consultivo do órgão desde 2005.

Argüida por José Agripino Maia (DEM-RN) e Marconi Perillo sobre as dúvidas em relação à sua qualificação para o cargo, Emília listou sua longa carreira no serviço público, citando cargos de destaque que ocupou em vários governos. A indicação será ainda votada no Plenário.



Leopoldo Silva

Arthur Virgílio (C) e Marconi Perillo conversam com Emília Ribeiro

## CMO dá aval a contas do Executivo de 2004 e 2006

As prestações de contas do governo referentes aos exercícios de 2004 e 2006 foram aprovadas ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Excluíram-se as contas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público (MP), por efeito de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu dois dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que incluíram nas contas do governo as prestações dos três Poderes e do MP. O presidente da comissão, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), destacou o esforço do colegiado para colocar em dia as votações, concluindo o exame de matérias pendentes há muito tempo. Falta ainda o exame das contas do governo referentes a 2005. Depois da CMO, as prestações de contas vão a exame final em sessão do Congresso.

Os relatores concluíram que as contas estão de acordo com as normas, mas chamam a atenção

para a necessidade de medidas administrativas e legislativas em relação às ressalvas do Tribunal de Contas da União (TCU) no seu parecer prévio. O senador César Borges (PR-BA), que tratou das contas de 2006, apontou a exigência de legislação específica para regular as transferências voluntárias de recursos do orçamento federal para estados, municípios e entidades privadas; e a instituição de norma legal para limitar as dotações orçamentárias em restos a pagar. O elevado montante de despesas inscritas em restos a pagar também mereceu crítica do relator das contas de 2004, senador Gim Argello (PTB-DF). Ele comentou a respeito de dispositivos da LRF suspensos pelo Supremo. Conforme o parlamentar, a norma foi omissa quanto ao conteúdo, estrutura e critérios de julgamento. Agora, defendeu, cabe ao Congresso Nacional regulamentar a prestação de contas.



Comissão de Orçamento fez esforço para votar matérias pendentes

## Créditos orçamentários beneficiam ministérios

A CMO também apreciou, e aprovou, cinco projetos de abertura de crédito orçamentário no valor total de R\$ 235,5 milhões. Uma das propostas (PLN 26/09) garante ao Ministério da Defesa R\$ 153 milhões para adequação tecnológica e capacidade de monitoramento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab).

### Petrobras

O Ministério da Ciência e Tecnologia receberá R\$ 40,7 milhões para os gastos iniciais com a fabricação de plataforma da Petrobras. E R\$ 700 mil foram direcionados para ajustes no orçamento do Ministério da Cultura, reforçando os programas Engenho das Artes e Cultura Afro-Brasileira.

Projeto (PLN 23/08) no valor de R\$ 39 milhões promove ajustes em programações do Ministério do Turismo (R\$ 19 milhões), além de reforçar em R\$ 20 milhões a rubrica Operações Oficiais de Crédito, sob supervisão do Ministério da Fazenda. No caso do Turismo,

R\$ 4 milhões obtidos por cancelamentos vão complementar o programa Turismo Social no Brasil. Outros R\$ 15 milhões, visando à divulgação do turismo interno, deixam de ser aplicados por meio de convênios com prefeituras para serem repassados via entidades privadas sem fins lucrativos.

Foi ainda aprovado o PLN 20/08, que abre crédito especial de R\$ 5,87 milhões ao orçamento do Ministério da Fazenda, com o objetivo de dar continuidade ao Projeto de Assistência Técnica e Gerenciamento Financeiro e Fiscal (Proger).

Um quinto projeto (PLN 19/08), de R\$ 1,2 milhão, atende o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para implantação de bancos de alimentos e mercados públicos, de redes de proteção social em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul; e dá crédito para modernização da gestão dos sistemas de previdência.

As cinco proposições dependem de exame final em sessão do Congresso.

Proposta, que será examinada agora pela Câmara, veda o emprego do instrumento como forma de castigo e quando o investigado se apresentar espontaneamente à autoridade policial

## Comissão aprova projeto que regulamenta uso de algemas

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em turno suplementar e em decisão terminativa, mudanças no projeto de lei que regulamenta o uso de algemas pelas autoridades policiais, definindo os casos de abuso. Segundo o senador Demostenes Torres (DEM-GO), autor da

proposta, as alterações estão adequadas à 11ª Súmula Vinculante, aprovada na semana passada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com a Suprema Corte, as algemas ficarão restritas a casos de resistência e de risco de fuga do preso e de ameaça à integridade física dos envolvidos na operação policial.

Conforme Demostenes, o projeto original (PLS 185/04) e o

substitutivo de José Maranhão (PMDB-PB) detalhavam casos em que o uso de algemas era permitido, mas apresentavam lacunas que poderiam ser usadas contra a ação da autoridade policial. Já o texto aprovado, explicou Demostenes, suprime o artigo que trata das situações em que o emprego de algemas é autorizado.

– Em vez de disciplinarmos as situações em que o preso pode



Marco Maciel, ao lado de Epitácio Cafeteira (E), preside reunião da CCJ

ser algemado, especificamos os casos de abuso. Em vez de dizermos quando a algema pode ser usada, dizemos quando não pode ser usada.

O texto aprovado veda o emprego de algemas como forma de castigo; quando o investigado se apresentar espontaneamente à autoridade policial; e por tempo excessivo.

As mudanças propostas por Demostenes receberam a aprovação do relator *ad hoc* na CCJ, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Conforme ressaltou o parlamentar por Sergipe, o projeto e a súmula têm objetivos semelhantes: evitar o uso abusivo das algemas.

– A intenção é acabar com a pirotecnia em torno das operações de prisão – afirmou Valadares.

### Consumidor poderá guardar menos recibos

As prestadoras de serviços como companhias telefônicas, fornecedores de água e luz e escolas particulares poderão ser obrigadas a enviar ao consumidor declaração de quitação anual de débitos, conforme proposta aprovada ontem pela CCJ – um substitutivo da Câmara ao PLS 170/03, do senador Almeida Lima (PMDB-SE).

Em seu relatório, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) explica que, por essa regra, o consumidor será obrigado a guardar apenas os comprovantes de pagamento do ano em curso. Hoje, os recibos devem ser guardados por cinco anos. O substitutivo determina que as prestadoras terão até maio do ano seguinte para encaminhar a declaração – o texto original estabelecia o envio até março.

A proposta será enviada agora para o Plenário do Senado.

### Testemunhas devem ficar em salas separadas

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Justiça determina que, nos processos criminais, as testemunhas de acusação e de defesa fiquem em salas separadas, nos mesmos moldes do que já ocorre nos processos de competência do tribunal do júri, para evitar incidentes entre elas e familiares da vítima e do acusado.

O projeto (PLC 93/04) é de iniciativa do Poder Executivo. Segundo o relator, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), a proposta foi sugerida pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, do Ministério da Justiça.

Em virtude de um pedido de vistas apresentado por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), ficou para a próxima semana o exame do projeto (PLS 274/06) que objetiva criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente o combate à lavagem de dinheiro.

### Mais cargos de confiança no TCU para concursado

O Tribunal de Contas da União (TCU) poderá criar 179 novos cargos de confiança destinados a funcionários concursados. Projeto de lei com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Justiça. A matéria vai agora à deliberação do Plenário do Senado em regime de urgência.

O relator da proposta (PLC 118/08), senador Adelmir Santana (DEM-DF), destacou que não se trata de cargos de livre nomeação e exoneração, mas sim de funções para concursados, com o objetivo de atender às necessidades do órgão.

– A aprovação da proposta permitirá organizar adequadamente a produção das unidades técnicas da Secretaria do TCU e equalizar o descompasso entre a produção e a capacidade de resposta, em tempo hábil, pelos gabinetes de seus ministros, auditores e dos membros do Ministério Público que atuam junto ao tribunal.

### Adiada decisão sobre criação de municípios

O presidente da Comissão de Justiça, senador Marco Maciel (DEM-PE), anunciou o adiamento da votação do substitutivo ao projeto que estabelece regras para a criação de municípios. A matéria retornará à pauta do colegiado na próxima semana. A CCJ examina atualmente as emendas de Plenário apresentadas ao texto.

A proposta original (PLS 98/02–Complementar), do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), tem como relator Tasso Jereissati (PSDB-CE), que ofereceu o texto substitutivo.

Marco Maciel explicou que o adiamento foi motivado pela ausência de Jereissati na reunião, em virtude de falecimento de cunhado do senador, o ex-deputado Edson Queiroz Filho. O colegiado aprovou voto de pesar.

## Maciel sugere medida para agilizar votações na CCJ

Como forma de agilizar os trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o presidente do colegiado, senador Marco Maciel (DEM-PE), sugeriu ontem a criação de grupos de trabalho que deverão atuar para que matérias semelhantes em tramitação na comissão sejam aprecia-

das em conjunto, e não separadamente, como ocorre hoje.

Para o senador pernambucano, caso o procedimento seja adotado, a CCJ deverá ganhar agilidade e as inúmeras proposições em tramitação no colegiado, especialmente as consideradas relevantes, poderão ser

examinadas e votadas em menor período de tempo.

Ao detalhar a sua sugestão, o presidente da comissão informou que os grupos de trabalho analisariam em bloco matérias divididas por temas principais, a começar por proposições que tratam de reformas

institucionais (como a do Poder Judiciário); alterações nas áreas envolvendo a legislação civil, social e de cidadania; combate à corrupção; legislação penal; processo legislativo; projetos de resolução e matérias decorrentes de comissões parlamentares de inquérito, entre outros.

## Na abertura da Semana Guimarães Rosa, exposição e lançamento de livro

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, abriu ontem exposição comemorativa do centenário de nascimento do escritor mineiro João Guimarães Rosa. A mostra integra as comemorações da Semana Guimarães Rosa, que, por sua vez, faz parte do Ano Cultural Artur da Távola. Também foi lançado o *Dicionário de Guimarães*, de Luiz Coronel, com relatos sobre o universo do escritor mineiro. A exposição, com acervo da Academia Brasileira de Letras, acontece até o dia 29, no 1º andar do Anexo II do Senado.

Paralelamente à exposição, foi realizado um painel sobre Guimarães Rosa no Auditório Senador Antonio Carlos Maga-

lhães. Participaram do encontro o jornalista Sérgio Sá, o poeta Alexei Bueno, a professora de Literatura da Universidade de Brasília Elizabeth Hazim e a escritora Vilma Guimarães Rosa, filha do escritor e autora do livro *Relembrações: João Guimarães Rosa, meu pai*, publicado em 1983.

Vilma relembrou a trajetória de Rosa desde os tempos em que ele exercia a Medicina no interior de Minas Gerais até a bem-sucedida carreira como diplomata e escritor, e destacou a figura paterna do homenageado.

– Ele sempre me estimulou a escrever, a contar histórias, mas nunca fez nenhuma pressão



Senadores Azeredo (E), Garibaldi e Marco Maciel (D), com Vilma Guimarães Rosa

para que eu me tornasse uma escritora – contou.

A professora Elizabeth Hazim analisou o processo de criação

de *Grande sertão: veredas*, mostrando as diferenças entre os primeiros manuscritos e a versão final, inclusive palavras

Jonas Pereira

que o autor deixava em branco para depois escolher as que se adequassem melhor ao contexto do sertão.

Alexei Bueno destacou a reinvenção da língua portuguesa comandada por Guimarães Rosa.

O debate foi acompanhado por estudantes de ensino médio de Brasília, que receberam dicas dos palestrantes sobre como iniciar a leitura de Guimarães Rosa.

No fim do dia, no Interlegis, foi lançada a terceira edição do livro de Vilma Guimarães Rosa, revista e ampliada, em comemoração ao centenário de nascimento do escritor.

## Plenário presta homenagem ao Dia do Maçom

Sessão lembra maçons ilustres e a trajetória da sociedade cuja influência foi decisiva nos momentos mais importantes da história do Brasil

AO SAUDAR OS maçons presentes no Plenário do Senado, para a sessão especial de homenagem ao Dia do Maçom – 20 de agosto –, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que a Maçonaria se pauta pela tríade consagrada pela Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Essa característica, observou, oferece um “contraponto fecundo, capaz de suplantar o hedonismo dos tempos de hoje”.

– Aspiram os maçons, portanto, a um mundo de paz, harmonia, compreensão e assistência fraterna, um mundo em que vigore plenamente a consciência da fraternidade, sem distinção de credo, raça, cor ou status social – destacou Garibaldi, que presidiu a solenidade.

O senador lembrou ainda, em seu pronunciamento, que a organização, no Brasil, por ter estado sempre ao lado das boas causas, teve atuação relevante em diversos momentos da história nacional, como a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana e a Revolução Pernambucana de 1817.

– Mas o grande momento de afirmação ocorreu com o surgimento do Grande Oriente do Brasil em 1822. O Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada, então ministro de Estado, foi elevado ao cargo de grão-mestre, e o movimento rapidamente ganhou força e espalhou-se por todos os rincões de nosso território – afirmou



Líderes maçons compõem a Mesa: vários senadores discursaram, elogiando e conclamando os maçons a seguirem lutando pelos ideais de ética e igualdade

Garibaldi Alves.

A sessão também homenageou a fundação do Grande Oriente do Brasil. O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou a atuação das 5 mil lojas maçônicas do país.

Compuseram a Mesa, entre outros, o grão-mestre do Grande Oriente do Brasil Marcos José da Silva; o presidente da Confederação Maçônica do Brasil, Héber Xavier; o grão-mestre do Distrito Federal Jafé Torres; o grão-mestre do Supremo Conselho da Ordem DeMolay Max Rodrigues Pereira; o mestre conselheiro nacional da mesma ordem, Guilherme de Castro Couto Santos; bem como os senadores Mozarildo Cavalcanti e Efraim Morais (DEM-PB); e o deputado Nelson Marquezelli, representando a Câmara.

### Senadores destacam papel da instituição

Durante a sessão que comemorou o Dia do Maçom, os senadores Efraim Morais e Mozarildo Cavalcanti, autores do requerimento para a homenagem, destacaram o papel dos maçons na formação da nação brasileira. Efraim Morais afirmou que é impossível contar a história do Brasil sem reservar capítulos extensos à Maçonaria.

Mozarildo Cavalcanti, por sua vez, sugeriu que os maçons divulguem o seu trabalho de forma a acabar com a ideia de que a organização é uma sociedade secreta.

– Muita gente pensa que a Maçonaria é uma espécie de Clube do Bolinha. Basta dizer que nós só entramos para a Maçonaria se a nossa mulher concordar. Quer maior demonstração de que nossa ordem prioriza a mulher? – argumentou o parlamentar de Roraima.

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que “o momento é de restaurar a base ética do país”, e que os maçons precisam “empunhar a bandeira da ética por todos os cantos do Brasil, lutando pelas garantias individuais, pela liberdade e

pela honradez, como sempre fizeram no passado”.

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), se os membros da sociedade “conseguiram a Proclamação da República e a Abolição, está na hora de lutarem para completar esse processo, porque a nossa República não está completa, a nossa abolição não está completa”.

Romeu Tuma (PTB-SP), José Nery (PSOL-PA), João Vicente Claudino (PTB-PI) e Valdir Raupp (PMDB-RO) também ressaltaram o papel da organização, saudando os maçons.

## Câmara e Senado lançam CD-ROM sobre Constituinte

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, e o 1º secretário da Câmara, Osmar Serraglio, lançaram ontem um CD-ROM com os Anais da Assembléia Nacional Constituinte e o Portal 20 Anos da Constituição Cidadã.

– Aqui, oferecemos à nação a possibilidade ímpar, mediante a utilização dos mais modernos meios de comunicação eletrônica, de conhecer mais e melhor, de entender a tessitura

política de que resultou a Lei Maior do país – disse Garibaldi, ao discursar no evento.

De acordo com o senador, nenhum processo constituinte se equiparou ao que o Brasil conheceu entre 1987 e 1988. Dois fatos extraordinários marcaram, segundo ele, a confecção dessa lei: a participação popular, “uma demonstração de amadurecimento político da sociedade”, e a convicção de que o país

inaugurava uma nova etapa em sua história, “não mais se contentando com uma democracia meramente formal”.

Segundo Garibaldi Alves, com essas iniciativas o Parlamento brasileiro reitera seu compromisso com a transparência e estreita os laços que o aproximam da sociedade, razão de sua própria existência. Na ocasião, o presidente do Senado homenageou os



Cerimônia de lançamento do Portal 20 Anos da Constituição Cidadã

constituintes presentes à solenidade: os deputados Mauro Benevides (PMDB-CE), que foi vice-presidente da Assembléia

Nacional Constituinte, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Rita Camata (PMDB-ES) e Affonso Camargo (PSDB-PR).

José Cruz

Jane Araújo

## Tuma: procuradora federal diz que “não há nada contra senadores” em processo

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), afirmou que a procuradora federal Luciana Marcelino Martins, com quem ele conversou ontem, disse não haver “nada objetivamente, por enquanto, contra senadores” em processo que investiga irregularidades em licitações da Casa, aberto há cerca de dois anos, depois de uma operação da Polícia Federal.

– Ela foi clara e disse que existem apenas citações do tipo “eu vou conversar com fulano, pedir para beltrano resolver”. Ela acredita que foi mais uma força de convencimento em favor de alguma empresa participante da concorrência – explicou Tuma. O senador

fez a declaração à imprensa depois de ter se reunido com o presidente do Senado, Garibaldi Alves.

Ontem, Tuma também tentou conversar com o juiz federal responsável pelo processo, José Airton de Aguiar Portela, da 12ª Vara do Tribunal Regional Federal (TRF), mas ele está de férias. O juiz substituto não estava a par do caso. O corregedor informou ainda ter conversado com o promotor Pedro Machado, que trabalha na investigação e acredita que havia conluio entre empresas participantes de licitações para ver quais seriam os ganhadores em vários segmentos. Tuma ponderou ainda

que o processo corre sob sigilo.

O senador falou ainda sobre denúncia publicada pelo jornal *Correio Braziliense* contra Eduardo Bonifácio Ferreira, ex-funcionário comissionado da Liderança da Minoria. “A Procuradoria e a Justiça estão investigando. Cabe à Corregedoria apurar atos de improbidade de senadores. Quando envolve funcionários, o presidente da Casa tem de criar uma comissão de sindicância ou abrir processo administrativo”, explicou.



Corregedor do Senado falou ontem com Luciana Martins

Foto de Geraldo Magela

## Propostas para aplicação do dinheiro do petróleo

O destino dos recursos a serem obtidos com a exploração das reservas de petróleo encontradas a 7 mil metros de profundidade, numa faixa litorânea que vai do Espírito Santo a Santa Catarina, também preocupa os senadores. Eduardo Suplicy defendeu o uso do dinheiro para financiar o Fundo Brasil de Cidadania, já aprovado no Senado e em discussão na Câmara, e assim patrocinar a Renda Básica de Cidadania. João Pedro é favorável a mudanças nas regras de distribuição dos *royalties* oriundos da exploração

do petróleo para beneficiar um número maior de municípios. Para Cristovam Buarque, a área de educação precisa ser contemplada com os recursos. A proposta tem o apoio de Paulo Duque, que, no entanto, lembra a falta de investimentos também em outras áreas. Já Antônio Carlos Valadares pediu a reedição da campanha O Petróleo é Nosso, promovida em 1948 para defender a exclusividade do Estado na exploração das jazidas. As reservas não devem ser abertas a grupos estrangeiros, afirmou.



Foto: Paulo Hildebrand

### Suplicy sugere renda mínima com recursos do pré-sal

Eduardo Suplicy (PT-SP) levantou a possibilidade de os recursos oriundos da exploração dos campos de petróleo da camada pré-sal recém-descobertos serem usados para financiar parte do chamado Fundo Brasil de Cidadania. O projeto do fundo (PLS 82/99), de autoria de Suplicy, já foi aprovado no Senado e tramita agora na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara (PL 7.430/06).

Na avaliação de Eduardo Suplicy, o fundo poderá patrocinar a chamada Renda Básica de Cidadania, que, explicou, será uma renda mínima recebida por todos os brasileiros para o atendimento de suas necessidades vitais. O senador também informou que o uso do dinheiro vindo da exploração do petróleo da camada pré-sal recebe atenção especial do presidente Lula. De acordo com ele, o presidente da República deseja que o assunto seja discutido por toda a população brasileira.



Para Suplicy, novas jazidas devem financiar Fundo Brasil de Cidadania

Foto de Geraldo Magela



Senador propõe mudança na lei da política energética do país

### João Pedro quer benefícios à população

João Pedro (PT-AM) defendeu alterações no marco regulatório do petróleo como forma de favorecer a população com a riqueza advinda da exploração de novas jazidas na camada do pré-sal da costa brasileira.

Ele disse que apresentou projeto alterando a lei que dispõe sobre a política energética nacional, como forma de introduzir mudanças nas regras de distribuição dos *royalties* oriundos da exploração de petróleo e gás natural.

O senador explicou que seu objetivo é favorecer a educação e a previdência dos municípios na distribuição dos *royalties*, e defendeu a promoção, pelo Senado, de debate sobre as novas jazidas do pré-sal, tendo em vista o potencial de riqueza da plataforma continental brasileira.

### Cristovam propõe parte de royalties para a educação

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu quatro projetos de lei de sua autoria que destinam parte dos recursos da produção brasileira de petróleo e de etanol para a área de educação.

A primeira das propostas (PLS 116/08) determina a aplicação integral em educação dos *royalties* recebidos por estados e municípios produtores de petróleo; enquanto o segundo, ainda a ser apresentado, cria *royalties* sobre as exportações de etanol, também para a educação.

Já a terceira proposição, também a ser apresentada, institui a cobrança de *royalties* sobre a produção das novas reservas de petróleo do pré-sal para aplicação, em todo o país, no custeio da educação. A última proposta de Cristovam (PLS 8/08) determina o aumento dos *royalties* sobre petróleo de 10% para 15%, para que a diferença de cinco pontos percentuais seja aplicada na preservação da Floresta Amazônica.



Proposta de Cristovam Buarque também beneficia a Amazônia



Valadares adverte que “é preciso salvaguardar soberania nacional”

### Valadares pede retorno de campanha

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu a reedição da campanha O Petróleo é Nosso, para salvaguardar a soberania nacional no que se refere à exploração das reservas de petróleo da camada do pré-sal na bacia de Santos. Para o senador, as jazidas, que podem elevar o Brasil à condição de quarto colocado mundial em reservas do produto, não devem ser abertas à exploração de grupos estrangeiros.

– Há uma estimativa de que as descobertas do pré-sal dêem ao nosso país entre 30 e 50 bilhões de barris de reservas. Essas descobertas têm deixado as grandes corporações internacionais do setor petrolífero atentas às decisões do governo do Brasil relativas ao marco regulatório e à comercialização desse petróleo – observou Valadares.

### Paulo Duque lembra problemas “mais prementes”

Paulo Duque (PMDB-RJ) elogiou o projeto (PLS 116/08) de Cristovam Buarque (PDT-DF) que determina a aplicação dos recursos provenientes dos *royalties* auferidos com a exploração do petróleo na educação. Duque, porém, ponderou que muitos municípios podem ter problemas mais prementes e, no entanto, ficar sem poder utilizar esses recursos para solucionar tais problemas devido à vinculação.

O senador pelo Rio de Janeiro citou um exemplo hipotético de uma cidade que tenha seus problemas de educação equacionados, usando para isso o município de Piraí (RJ).

– Para se ter uma idéia, todas as crianças em idade escolar têm um computador. Basta esse exemplo. Não falta em Piraí professor, a merenda é muito boa, muito caprichada, tem dois Cieps [centros integrados de Educação Popular] – destacou Paulo Duque.



Duque: vinculação impediria uso de recursos em outros setores



Foto de Geraldo Magela

Setor responde pela maior parte dos empregos formais, diz Renan

## Renan defende mais crédito a microempresa

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) disse ontem que a falta de crédito é o maior problema para a criação e o desenvolvimento de pequenos negócios no Brasil. Ele ressaltou que, apesar de responderem por aproximadamente 20% do produto interno bruto (PIB) e 60% dos empregos gerados no país, as microempresas recebem apenas 10% dos créditos concedidos pelos bancos oficiais e privados.

– Daí a importância do microcrédito, que democratiza o acesso aos empréstimos, fundamentais para a geração de emprego e renda e o combate à pobreza – afirmou.

Renan destacou que o setor é responsável pela geração da maior parte dos empregos formais no Brasil, de acordo com o Anuário do Trabalho da Micro e Pequena Empresa, editado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com base em estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e do Ministério do Trabalho.

O anuário apurou que há no Brasil mais de 6 milhões de empresas formais. Dessas, pouco mais de 2 milhões declararam ter empregados, sendo 97,5% delas micro e pequenas empresas, e 2,5%, médias e grandes.

De acordo com o anuário, as microempresas pesquisadas empregavam mais de 13 milhões de pessoas, contra 12 milhões e 800 mil trabalhadores que se encontram nas médias e grandes empresas.

Para senador, Brasil perde ao recorrer à reciprocidade, pois ela tem como consequência a menor entrada de turistas, os quais deixam de gastar recursos, gerar renda e emprego

# Dornelles pede fim de visto para turista norte-americano

FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) defendeu o fim da exigência de visto para os cidadãos norte-americanos que visitam o Brasil. Segundo o senador, essa é uma reivindicação do setor de turismo do Rio de Janeiro, pois o fim da exigência significaria um aumento no fluxo de turistas, gerando mais emprego e renda.

De acordo com Dornelles, o Ministério das Relações Exteriores alega que a exigência do visto de entrada para cidadãos dos Estados Unidos decorre do fato de esse país também exigir visto de entrada para brasileiros.

– Só se deve recorrer à reciprocidade quando ela traz vantagens – avaliou Dornelles.

O senador disse que os Estados Unidos exigem visto de 206 países, mas 119 desses países não recorrem à reciprocidade.

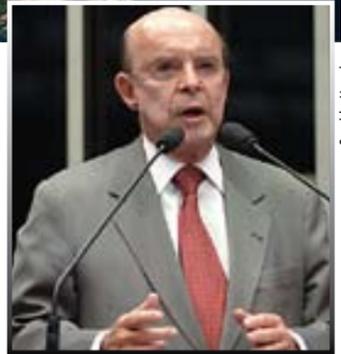
Ele acrescentou que o Brasil possui consulados em apenas sete cidades norte-americanas. Assim, o viajante de lá que deseja visitar o Brasil tem de recorrer



Fim da exigência é reivindicação do setor de turismo do Rio de Janeiro, afirma Dornelles

a uma dessas cidades, dificultando e atrasando a obtenção dos vistos.

Para Dornelles, o Brasil está perdendo turistas para outros países, como a Argentina, que tem menos burocracia. O senador apelou para que o presidente Lula mobilize a bancada governista na Câmara pela aprovação do projeto (PLS 151/05) que altera a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e delega



CEHAGI/Flick

Geraldo Magela

poderes a alguns ministros para isentar a exigência de visto de entrada do turista quando o interesse nacional o recomendar.

## Alvaro: "O que você tem a ver com a corrupção?"



José Cruz

Senador comunica ao Plenário início de campanha

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a capacidade de corrupção do Poder Executivo aumentou.

– O Poder Executivo fez crescer a sua capacidade de corromper nos últimos anos e essa é a razão dos escândalos de corrupção que pipocaram nas manchetes dos jornais do país, quase que diariamente –

afirmou o parlamentar.

O senador comunicou ao Plenário o início da etapa paranaense da campanha "O que você tem a ver com a corrupção?", promovida pela Associação Nacional do Ministério Público e pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. No mesmo pronunciamento, Alvaro se associou ao voto de pesar pela morte do compositor Dorival Caymmi e pediu que o sinal da TV Senado seja aberto no estado do Paraná.

## José Nery homenageia padre Geraldo Dantas

José Nery (PSOL-PA) homenageou a memória do padre Geraldo Dantas Pereira, falecido em 22 de agosto de 2007 na cidade de Pedra Branca (CE). O senador destacou a trajetória do padre, que realizou "trabalho social e religioso de grande repercussão".

Geraldo Dantas nasceu em 1924, na Fazenda Caiçara, no município de Itapiúna (CE), e neste mesmo local celebraria sua primeira missa, em 5 de dezembro de 1954, recordou o senador.

José Nery disse que todo o povo de Pedra Branca, que se reúne e celebra a memória de padre Geraldo Dantas Pereira, e também todo o povo do Ceará, sentem a falta de seu pastor.

– Como filho de Pedra Branca, faço esta singela homenagem às vésperas de um ano de sua morte – frisou José Nery.



Geraldo Magela

Povo do Ceará sente a falta de seu pastor, diz José Nery

## Tuma: melhoria salarial para polícia de SP

Romeu Tuma (PTB-SP) chamou a atenção das lideranças políticas de São Paulo para as "afritivas condições salariais dos policiais civis paulistas". Segundo o senador, levantamento divulgado pelo jornal *Folha de S. Paulo* mostra que eles recebem os piores vencimentos se comparados com a remuneração de iguais cargos nos demais estados.

De acordo com Tuma, São Paulo paga, por exemplo, o menor piso do país para os delegados, que, no início de carreira, ganham R\$ 12,9 mil no Distrito Federal contra R\$ 3,7 mil no estado do senador.

Recentemente, afirmou o parlamentar, houve greve de um dia com o objetivo de alertar a sociedade e a população para a situação dos delegados de polícia, dos agentes investigadores e dos agentes que trabalham nas penitenciárias.

### Dignidade

Tuma mencionou nota da Secretaria de Segurança do estado alertando para a necessidade de os policiais continuarem a cumprir com o dever de investigar crimes, a despeito das condições salariais. O senador disse concordar com o princípio e observou que a carreira policial é uma vocação. Mas lembrou que é obrigação do Estado pagar um salário que permita ao policial sustentar a família com dignidade.

– Hoje não acontece isso. Verifico que, às vezes, policiais militares, soldados e cabos moram em favelas, muitas vezes vizinhos de alguns marginais e de alguns quadrilheiros, e as mulheres deles são obrigadas a lavar as fardas na pia e secá-las atrás da geladeira para não pendurá-las no varal, de modo que os bandidos não saibam que nessa ou naquela residência mora um policial – protestou.

No mesmo discurso, Tuma apresentou solidariedade à família do delegado de polícia Nemer Jorge, em razão da morte de sua esposa, Esmeralda Benito Jorge.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta  
**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • Alvaro Dias • Tião Viana • Mão Santa • César Borges • Romeu Tuma • Antônio Carlos Valadares • Wellington Salgado

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira  
**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli  
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

## César Borges: a Bahia ficou órfã de Caymmi

César Borges (PR-BA) prestou tributo ao compositor Dorival Caymmi, que morreu no dia 16 passado. O parlamentar é autor, em conjunto com o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), de voto de pesar pelo falecimento do músico.

– Não poderia deixar de, neste momento, fazer minha manifestação, como baiano, como brasileiro e como admirador de Dorival Caymmi – afirmou.

Segundo César Borges, a Bahia “ficou órfã de um dos seus mais ilustres e brilhantes artistas”. Ao classificar a obra do baiano de “genial”, o senador observou que ela contém algo em torno de cem composições, em que não se observam lacunas, excessos ou supérfluos.

– Todas as canções de Caymmi foram, são e serão absolutamente essenciais no conjunto de sua criação, na construção de seu universo particular. Nelas, de maneira sublime e absolutamente criteriosa, o compositor baiano construiu um mundo onde a palavra seguia o balanço do mar, o gingado da capoeira, o chacoalhar e o remelexo da baiana – descreveu César Borges.

O parlamentar mencionou a praia de Itapuã, uma das fontes de inspiração do compositor, com suas praias calmas e embarcações simples. Para o senador, Caymmi retratou, como poucos, “o cotidiano idílico do pescador, do homem que vivia para e em função do mar, que embarcava no mistério de suas águas e de suas criaturas”.

– Caymmi foi e será sempre a cara da Bahia, da sua gente dócil e criativa, da sua cultura abundante e inventiva – definiu César Borges.

Associaram-se à homenagem dos dois representantes da Bahia os senadores Tião Viana (PT-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP).



Senador homenageia compositor baiano, falecido no último dia 16

## Chega ao Senado MP que renegocia dívidas rurais

Quatro novas medidas provisórias (MPs) que chegam ao Senado trancando a pauta foram lidas ontem em Plenário. Entre elas, a que trata da dívida agrícola.

A MP 432/08 renegocia quase 3 milhões de contratos de dívidas rurais. Inicialmente, previa o uso da Taxa Selic, atualmente de 13% ao ano, nas negociações. Mas, na Câmara dos Deputados, a Selic foi

substituída pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), hoje em 6,25%. A MP passou a tramitar como PLV 22/08.

A MP 431/08 reajusta os salários de aproximadamente 1,4 milhão de servidores federais, dos quais, 600 mil militares. Modificada na Câmara, tramitará como projeto de lei de conversão (PLV 21/08).

Já a MP 433/08 isenta até 30 de junho de 2009 as matérias-

primas usadas na fabricação do pão (trigo *in natura*, farinha de trigo e pré-misturas) da cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do PIS/Pasep.

Também será examinada a MP 434/08, que cria novo plano de carreiras para os servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e 440 cargos no órgão, a serem preenchidos por concurso público.



Conclusão do zoneamento econômico e ecológico de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, foi pedida por senador

## Jefferson Praia apresenta propostas para a Amazônia

Senador sugere que o programa de compras governamentais priorize os frutos da agricultura local e que recrutas sejam encaminhados a cursos de treinamento do Sebrae

JEFFERSON PRAIA (PDT-AM) apresentou sugestões para o desenvolvimento da Amazônia e o aproveitamento do potencial econômico da região. As propostas, explicou, foram elaboradas a partir de observações feitas em viagem, no dia 19, a São Gabriel da Cachoeira (AM), em companhia do ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger.

Para o senador, é preciso direcionar o programa de compras governamentais, em especial dos ingredientes da merenda escolar,



Jefferson Praia elaborou as sugestões após viagem com Mangabeira Unger

para a valorização e o aproveitamento dos frutos da agricultura local. Jefferson Praia propôs

também a adoção de parceria entre o Exército e o Sebrae, para o encaminhamento de recrutas no período de serviço militar a programas de treinamento em empreendedorismo, artesanato, agricultura sustentável, piscicultura e ecoturismo.

O senador afirmou ainda que o zoneamento econômico e ecológico de São Gabriel da Cachoeira – cidade de 109.180km<sup>2</sup> que faz fronteira com a Colômbia e a Venezuela e tem 90% de sua população de origem indígena – precisa ser “rapidamente concluído”.

## Maldaner quer mais biocombustível no óleo diesel

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a antecipação das metas de mistura de combustíveis renováveis ao óleo diesel. Desde 1º de junho, cada litro de óleo diesel vendido em bomba no país deve ter 3% de biodiesel. De acordo com o senador, essa proporção gera uma demanda de 1,3 bilhão de litros de biodiesel por ano, frente a uma capacidade de produção da ordem de 3 bilhões de litros/ano.

– Hoje, são 3 milhões de hectares plantados com cana-de-açúcar e 1,7 milhão plan-



Segundo o senador, demanda está abaixo da capacidade de produção

tados com oleaginosas para a produção de biodiesel, que não chegam a 1,2% da área agricul-

tável. Podemos ainda obrigar as frotas cativas, empresas de transporte coletivo urbano e outros grandes consumidores, como as frotas de veículos oficiais a aumentar a proporção de biodiesel no óleo diesel até chegar em 30% – afirmou Maldaner.

Em apartes, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou a aprovação pela Câmara de projeto de sua autoria que incentiva o plantio de biocombustíveis em áreas degradadas, e o senador João Pedro (PT-AM) pediu investimentos na Embrapa.

## Virgílio critica o governador do Amazonas

Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou duramente ontem, em Plenário, o governador do Amazonas, Eduardo Braga, pela suposta manipulação de declarações do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Walton Alencar Rodrigues. De acordo com o senador, Braga teria abusado da boa-fé do ministro, ao editar declarações de Walton, em propaganda institucional, para apregoar a idoneidade da administração do estado.

– Eu conheço o ministro Walton Rodrigues. E salvo ter ele ficado, por algum momento, fora do seu juízo perfeito, não me poderia ocorrer, jamais, cooptação. Jamais isso. Houve, claro, eu pensei, manipulação da boa-fé do ministro. O ministro certamente desmentirá, com vigor, o que fizeram com o nome dele – disse o parlamentar.

### Desvios

O senador amazonense considerou um absurdo o uso das declarações do ministro do Tribunal de Contas da União pelo governador do seu estado, sobretudo pelo elevado número de acusações de desvios de verbas públicas contra ele que estão sendo investigadas pelo Ministério Público estadual.

Arthur Virgílio criticou ainda o governador do Amazonas por haver ordenado a prisão de oito garis em Manaus que recolheram placas de divulgação de obras da administração estadual.

O líder tucano apresentou também voto de pesar pelo falecimento do empresário e ex-deputado Edson Queiroz Filho e voto de solidariedade à atleta brasileira Fabiana Murer, que foi prejudicada em decorrência do desaparecimento de sua vara de salto durante os Jogos Olímpicos na China.



Virgílio diz que Braga manipulou declarações do presidente do TCU

## Voto de pesar pela morte de Queiroz Filho

Marco Maciel (DEM-PE) propôs ontem um voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário e ex-deputado federal Edson Queiroz Filho, que

representou o estado do Ceará na Câmara.

O voto, assinado também pelos demais membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ),

presidida por Maciel, é extensivo à viúva de Queiroz, dona Yolanda Queiroz, e ao senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), assim como à sua esposa, Renata, irmã do ex-

deputado.

À tarde, em Plenário, associaram-se à manifestação de pesar os senadores Romeu Tuma (PTB-SP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).



Foto de Gerardo Magela

## Flexa Ribeiro diz que governo atua para beneficiar aliados nas eleições

Municípios petistas têm sido mais beneficiados, segundo Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) relatou em Plenário denúncias de uso da máquina pública nas eleições municipais. As denúncias, publicadas pela imprensa, dão conta, segundo disse, de que municípios administrados por petistas ou por aliados do partido do governo são mais beneficiados pelos programas sociais.

– Em ano eleitoral, o direcionamen-

to [dos programas sociais] afeta o pleito e os candidatos disputam as eleições sem igualdade de condições – ressaltou.

Segundo o senador, 60% dos municípios beneficiados pelo programa Luz para Todos, de eletrificação rural, são administrados por partidos da base governista. Além disso, afirmou, entre as 50 cidades das regiões Norte e Nordeste onde há mais pessoas recebendo benefícios do Bolsa Família, 83% estariam sob administração de partidos que apóiam

o governo.

Flexa Ribeiro afirmou ainda que das 351 cidades que mais receberam recursos em 2008 no âmbito do programa Farmácia Popular, de distribuição de medicamentos, 73% são governadas por prefeitos cuja legenda apóia o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O senador também mencionou denúncia de uso eleitoral da máquina pública envolvendo parlamentares paraenses e integrantes do governo estadual.

## João Tenório elogia recuperação econômica de AL

João Tenório (PSDB-AL) elogiou a atuação do governador Teotonio Vilela Filho (PSDB), que, segundo ele, está tomando uma série de medidas para sanear as finanças e desenvolver a economia do estado de Alagoas.

De acordo com João Tenório, Teotonio assumiu Alagoas com uma dívida de R\$ 6 bilhões, além de um déficit não escriturado de R\$ 500 milhões. O quadro era de “completa desordem nas contas públicas, camuflada por superávits fictícios forjados nos últimos anos”.

Conforme o senador, o atual governo negociou débitos, cortou gastos e aumentou a arrecadação. Além disso, não contraiu qualquer dívida nova, garantiu o pagamento regular dos fornecedores e credores do



Gerardo Magela

Senador atribui crescimento à boa administração de Teotonio Vilela Filho

governo e restaurou a confiança do mercado.

– Tirar Alagoas da estagnação econômica em que esteve mergulhado nos últimos anos e, finalmente, inseri-lo no processo de desenvolvimento do país e do Nordeste é muito mais do que um compromisso político: é uma obrigação, é um dever para com o povo sofrido do estado – afirmou João Tenório, que lembrou mais uma vez a necessidade de redução das desigualdades sociais e regionais.

## Azeredo propõe voto de pesar por ex-prefeita

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou requerimento de voto de pesar pelo falecimento, em 22 de julho último, de Hilda Borges Andrade, ex-prefeita de Arcos (centro-oeste mineiro), aos 92 anos.

Hilda Andrade foi prefeita de Arcos por dois mandatos – de 1989 a 1992 e de 1997 a 2000. Neste último período, tomou posse como a prefeita mais idosa do país, assumindo o cargo aos 82 anos.

– Sempre demonstrou interesse pela política, acompanhando os passos do marido, o ex-deputado José Maurício de Andrade, líder do governo Juscelino Kubitschek. Sua atuação, nos dois mandatos, foi caracterizada por grande enfoque nos aspectos sociais e no desenvolvimento econômico



Gerardo Magela

Azeredo lamenta falecimento de Hilda Borges Andrade, de Arcos

e cultural do município – disse o senador por Minas Gerais.

Entre as realizações da ex-prefeita, Eduardo Azeredo destacou a implantação do *campus* da Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC/MG) em Arcos.

Ela também criou o distrito industrial; avenidas sanitárias; e a Fundação Municipal de Saúde (Fumusa), que presta atendimento de saúde gratuito à população pobre do município de Arcos.

## Marco Antônio: tombamento do centro de Porto Nacional

A cidade do Tocantins, de acordo com o senador, terá agora condições de receber recursos para a revitalização de prédios históricos e o fortalecimento de suas tradições culturais

O TOMBAMENTO DO centro histórico da cidade de Porto Nacional (TO), em solenidade realizada na última terça-feira na catedral Nossa Senhora das Mercês, foi comemorado por Marco Antônio Costa (DEM-TO).

De acordo com o senador, a cidade teve origem quando a navegação pelo rio Tocantins foi intensificada, no final do século 18, por ser ponto de passagem de mineradores e mascates. “O então arraial, chamado inicialmente de Porto Real, logo despontou como entreposto para comerciantes que viajavam em direção ao Pará.” Em 1861, a vila, que já era chamada de Porto Imperial, foi elevada à condição de cidade. E, em 1890, recebeu o nome de Porto Nacional.

– Os 147 anos de emancipação e 270 anos de história foram comemorados em 13 de julho, mas o presente vem agora, com a notificação do tombamento, que, na prática, significa o reconhecimento do papel da cidade na história e as condições para



www.portonacional.to.gov.br

Tombamento é importante para a preservação da herança arquitetônica e urbanística, afirma Marco Antônio

receber recursos para a revitalização dos prédios históricos e o fortalecimento das tradições culturais dos portuenses – disse.

Na opinião de Marco Antônio, o tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é importante para a preservação da herança arquitetônica e urbanística do centro histórico. Também serão beneficiados, frisou, os bens ima-



Gerardo Magela

teriais da cidade, como a produção de artesanato, a dança ritualística Sússia, os teatros de rua e os tambores do Tocantins.

## Mão Santa contesta discursos sobre prosperidade

O senador Mão Santa (PMDB-PI) contestou ontem em Plenário discursos de senadores do PT, que nos últimos dias têm comemorado a divulgação de dados do Ministério do Trabalho e Emprego informando a criação de 1,56 milhão de novos empregos com carteira assinada entre janeiro e julho de 2008.

Segundo Mão Santa, os senadores petistas omitiram em seus pronunciamentos informações importantes como, por



José Cruz

Senador diz que dados dos colegas petistas não refletem realidade encontrada no Piauí

exemplo, a redução da renda *per capita* dos piauienses, ocorrida nos últimos anos durante a

administração petista. – No Piauí nunca houve terremoto, maremoto, mas agora coincidiu com um governo do PT. Quando governei, mudei esses índices todos [indicadores de renda *per capita* e desenvolvimento humano]. Passamos, em todos os índices, com taxas melhores do que as do estado do Maranhão e algumas foram melhores do que as da Paraíba. Mas o PT voltou. O PT é o nosso vulcão, o nosso terremoto – disse o senador.

## Geovani afirma que Senado é uma “ilha de competência”

Geovani Borges (PMDB-AP), suplente do senador Gilvam Borges (PMDB), seu irmão, fez ontem discurso de despedida do Senado. Na próxima semana, com o término do período de licença médica, Gilvam retorna à Casa. O senador se submeteu a uma cirurgia.

Num breve balanço dos quatro meses de sua segunda passagem pelo Senado (já ocupara a vaga em 2006), Geovani destacou que por sete vezes presidiu a Mesa do Plenário, relatou 11 matérias, apresentou cinco pro-

jetos e pronunciou 54 discursos. Em 2006, fizera sete pronunciamentos.

Ele disse que nas duas ocasiões em que ocupou a cadeira pôde constatar que o Senado “é uma ilha de competência, onde não há indolência”. O parlamentar agradeceu a todos os funcionários da Casa e mencionou especialmente seu chefe de gabinete, Fernando Aquino, a assessora de imprensa, Cláudia Gondim, e a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.

Geovani também agradeceu aos senadores, citando os seus companheiros de bancada estadual, José Sarney (PMDB) e Papaléo Paes (PSDB).

– Agradeço a meus pares pelo alto nível das discussões aqui travadas e pelo espírito lhamo e democrático que os caracteriza. São lições que não esquecerei tão cedo.



Foto de Gerardo Magela

Geovani Borges faz balanço de sua atuação ao se despedir da Casa